

BRU

SI

LU

ANTOLOGIA  
CRÍTICA

ALBERTO XAVIER  
JULIO KATINSKY [ORGS.]



imprensaoficial

COSACNAIFY

Ministerio da  
Cultura

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO

- 9 ALBERTO XAVIER APRESENTAÇÃO  
11 JULIO KATINSKY INTRODUÇÃO: BRASÍLIA, CIDADE-CAPITAL NA HISTÓRIA

### OS PROJETOS E A CRÍTICA (1956-64)

- 21 FRANCISCO PRESTES MAIA | MUDANCISTAS E FIQUISTAS  
27 WILLIAM HOLFORD | REFLEXÕES SOBRE O CONCURSO  
33 MÁRIO PEDROSA | REFLEXÕES EM TORNO DA NOVA CAPITAL  
43 JOAQUIM CARDOZO | FORMA ESTÁTICA – FORMA ESTÉTICA  
46 PIER LUIGI NERVI | CRÍTICA DAS ESTRUTURAS  
49 GILBERTO FREYRE | BRASÍLIA – PRÓS E CONTRAS  
53 ANDRÉ MALRAUX | BRASÍLIA, CAPITAL DA ESPERANÇA  
58 SIBYL MOHOLY-NAGY | BRASÍLIA – CONCEITO MAJESTOSO OU MONUMENTO AUTOCRÁTICO?  
60 FRANÇOISE CHOAY | BRASÍLIA – UMA CAPITAL PRÉ-FABRICADA  
66 BRUNO ZEVI | SEIS PERGUNTAS SOBRE A NOVA CAPITAL SUL-AMERICANA  
72 ROLAND CORBISIER | BRASÍLIA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL  
78 MARIO BARATA | PONTO DE VISTA DE UM BRASILEIRO  
82 SIGFRIED GIEDION | FORMA URBANA E A FUNDAÇÃO DE BRASÍLIA  
90 ALBERTO MORAVIA | BRASÍLIA BARROCA  
94 DAVID CREASE | PROGRESSO EM BRASÍLIA  
102 MAX BENSE | INTELIGÊNCIA BRASILEIRA – BRASÍLIA  
108 REYNER BANHAM | BRASÍLIA  
111 JORGE E. HARDOY | DUAS NOVAS CIDADES-CAPITAIS – BRASÍLIA E ISLAMABAD  
121 DAVID E. SNYDER | OUTRAS PERSPECTIVAS SOBRE BRASÍLIA  
125 MILTON SANTOS | BRASÍLIA E O SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO  
135 LINA BO BARDI | EM DEFESA DE BRASÍLIA

### PRONUNCIAMENTO DOS AUTORES

- 139 JUSCELINO KUBITSCHEK | DE PAMPULHA A BRASÍLIA – OS CAMINHOS DA PROVIDÊNCIA  
144 LUCIO COSTA | “INGREDIENTES” DA CONCEPÇÃO URBANÍSTICA DE BRASÍLIA  
147 OSCAR NIEMEYER | DEPOIMENTO  
150 OSCAR NIEMEYER | MINHA EXPERIÊNCIA DE BRASÍLIA

## A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE (1964-87)

- 159 ARNOLD J. TOYNBEE | O QUE BRASÍLIA REPRESENTA  
165 EDMUND N. BACON | A GRANDE OBRA – BRASÍLIA  
170 FRANCISCO BULLRICH | UTOPIA E REALIDADE URBANAS  
175 JORGE WILHEIM | BRASÍLIA 1969 – UM COMENTÁRIO INDISPENSÁVEL  
179 CLARICE LISPECTOR | NOS PRIMEIROS COMEÇOS DE BRASÍLIA  
182 J. CLÁUDIO GOMES | BRASÍLIA 1960-1970  
190 MAURÍCIO VINHAS DE QUEIROZ | SETE ASPECTOS SOCIAIS DE BRASÍLIA  
198 CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS | BRASÍLIA – BELO SONHO IDEOLÓGICO  
QUE SE TORNOU UM PESADELO  
202 JOAQUIM GUEDES | POR UMA NOVA CIDADE  
208 PAULO BICCA | BRASÍLIA – MITOS E REALIDADES

## BRASÍLIA ESTABELECIDADA

### A CIDADE COMO SÍMBOLO

- 221 UMBERTO ECO | OS CÓDIGOS EXTERNOS – O EXEMPLO DE BRASÍLIA  
225 NORMA EVENSON | O SIMBOLISMO DE BRASÍLIA  
236 ROBERTO SEGRE | A PERSISTÊNCIA DOS SÍMBOLOS

### A CIDADE COMO HABITAT

- 242 EDGAR ALBUQUERQUE GRAEFF | UNIDADE DE VIZINHANÇA  
247 MARIA ELISA COSTA | A SUPERQUADRA EM NÚMEROS E CONTEXTO  
254 MATHEUS GOROVITZ | BRASÍLIA – SOBRE AS ÁREAS DE VIZINHANÇA  
267 FARÈS EL-DAHDAH | A SUPERQUADRA DE LUCIO COSTA E A IMPORTÂNCIA DO LAZER  
276 LUIS ESPALLARGAS GIMENEZ | BRASÍLIA – O JOGO DOS SETE ERROS

### A CIDADE COMO PATRIMÔNIO

- 285 ITALO CAMPOFIORITO | AS ESCALAS DE BRASÍLIA  
292 LUCIO COSTA | DIRETRIZES PARA A PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE DO PLANO PILOTO  
294 GERMÁN SAMPER GNECCO | BRASÍLIA, ONTEM E HOJE  
298 JOSÉ PESSÔA | O TOMBAMENTO DE UM CENTRO HISTÓRICO MODERNO  
306 JAMES HOLSTON | LIBERTEM O ESPÍRITO DE BRASÍLIA

## AVALIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS (1987-2010)

- 315 JULIO KATINSKY | A PRAÇA DOS TRÊS PODERES  
326 SOPHIA S. TELLES | BRASÍLIA – O DESENHO DA SUPERFÍCIE  
331 OTÍLIA BEATRIZ FIORI ARANTES | BRASÍLIA NO PROJETO MODERNO  
DE MÁRIO PEDROSA  
343 ALBERTO PETRINA | UMA INSPIRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
348 BENAMY TURKIENICZ E CARLOS EDUARDO GOMAS | BRASÍLIA, HISTÓRIA E ANÁLISE  
354 RUTH VERDE ZEIN | BRASÍLIA, MODERNIDADE RADICAL À DERIVA  
360 SYLVIA FICHER | ALGUMAS BRASÍLIAS  
368 GUILHERME WISNIK | TRANSPONDO A ESCALA  
375 HUGO SEGAWA | O CREPÚSCULO DA FASE HEROICA  
380 SÉRGIO FERRO | BRASÍLIA, LUCIO COSTA E OSCAR NIEMEYER  
387 FREDERICO DE HOLANDA | ALÉM DO MANIQUEÍSMO  
395 LAURO CAVALCANTI | BRASÍLIA: A CONSTRUÇÃO DE UM EXEMPLO  
403 STANISLAUS VON MOOS | RUMO A UMA RETÍCULA “CHABRA”  
411 ADRIÁN GORELIK | BRASÍLIA: MUSEU DA MODERNIDADE  
420 RENATO ANELLI | NOVA MONUMENTALIDADE E INTEGRAÇÃO  
DAS ARTES NO BRASIL – DO MINISTÉRIO A BRASÍLIA  
427 ALDO PAVIANI | BRASÍLIA, CAPITAL (AINDA) POLINUCLEADA  
434 KENNETH FRAMPTON | O DESTINO DE BRASÍLIA  
  
442 BIOGRAFIAS  
460 ÍNDICES  
470 CRÉDITOS

## APRESENTAÇÃO

# ALBERTO XAVIER

Nunca na história humana uma cidade surgiu do nada e foi construída em tão curto espaço de tempo. Nenhuma cidade no século XX foi proposta com o tamanho de Brasília; cidades predecessoras com essas dimensões foram exercícios quase acadêmicos.

Em toda sua existência, Brasília jamais deixou de provocar o interesse dos críticos. Laboratório único como proposição de cidade, tem suscitado os mais atentos e acirrados debates. Qual a razão? Que outra obra despertou tamanha atenção – e por tanto tempo? Que desafios ela provoca? Sua natureza particular de cidade-capital, sua organização físico-espacial, tão distinta das cidades tradicionais?

O propósito deste livro não corresponde a uma visão definitiva sobre a cidade. Pelo contrário, trata-se apenas de uma contribuição sobre um debate que irá prosseguir, porquanto a cidade contemporânea é o futuro da humanidade. Para tanto, reunimos um conjunto significativo de avaliações que Brasília tem alimentado ao longo de seu trajeto – ou, se preferirmos, um amplo painel de opiniões a evidenciar a riqueza de questões que ela ainda provoca.

Observadores atentos dela se ocuparam; não somente arquitetos e urbanistas, seus analistas mais frequentes, mas sociólogos, historiadores, geógrafos, escritores, entre outros. Aqui aparecem mais de sessenta autores de diferentes gerações – desde os nascidos com o século XX até os mais jovens que a própria capital. Certamente compõem um espectro de opiniões diversificado, fruto não apenas dessa inserção no tempo, mas também de heranças culturais, já que muitos são estrangeiros – fato que bem ilustra ser Brasília evento único e questão planetária, capaz de romper fronteiras e ganhar atenção apaixonada.

Lançamos, assim, um olhar sobre a cidade, ou melhor, procedemos a uma recomposição de sua memória e a uma reconstituição de seu trajeto único e especial. Desde seu nascimento, em meio ao cerrado solitário, à condição de uma das maiores metrópoles brasileiras, desde seu singelo desenho em forma de cruz ao organismo vivo e complexo que se tornou.

A estrutura do livro está assentada em princípios cronológicos, por entendermos ser um critério que permite a compreensão dos temas fundamentais que foram discutidos ao longo desses mais de cinquenta anos.

Tal cronologia admitiu cortes temporais. Os blocos "Os projetos e a crítica", "A consolidação da cidade" e "Avaliações contemporâneas" acompanham paulatinamente a história da

capital, desde as primeiras reações ao propósito da mudança e à concepção de Lucio Costa, até os problemas os mais diversos enfrentados ao longo dessas cinco décadas – problemas próprios de seu progressivo desenvolvimento até alcançar escala metropolitana, bem como daqueles apontados pela crítica como decorrentes dos pressupostos em que a arquitetura e o urbanismo modernos se fundamentavam. A estas seções se junta outra – “Pronunciamento dos autores” –, a saber, aquela das vozes que foram decisivas nesta empreitada única – a do político, a do urbanista, a do arquiteto.

Os dois primeiros blocos têm como divisor de águas o ano de 1964, por entendermos que a ditadura militar, então instaurada, produziu um corte profundo – a cidade prevista para ser o centro das decisões nacionais deixou de ser democrática. Mesmo assim ela se consolidou como uma realidade administrativa do próprio país.

O ano de 1987, quando Brasília é reconhecida como Patrimônio da Humanidade, é referência para outro marco temporal; afinal, trata-se da consagração de um esforço do século XX, representando ela todo o pensamento contemporâneo sobre a cidade moderna. Tal distinção especialíssima constitui parte de um bloco – “Brasília estabelecida” –, que reúne também os juízos sobre como a cidade expressa sua condição única de capital e seu modo particular de convívio humano.

Brasília explicita nitidamente os grandes conflitos que a sociedade brasileira tem de enfrentar. Concebida para ser uma cidade igualitária e socialmente justa, sofreu pressões de um contexto marcado por extrema polaridade. Permanece, no entanto, como registro de uma utopia que ainda teima em não calar.

---

Cabem agradecimentos a pessoas e instituições. Primeiramente, aos autores, seus herdeiros ou representantes legais, pela cessão de direitos autorais. Destaco Adrián Gorelik, Aldo Paviani, Frederico de Holanda e Maria Elisa Costa pelas inúmeras informações que deles solicitei e que prontamente foram atendidas. Igualmente a Augusto Massi, Guilherme Wisnik e ao grupo de profissionais da editora Cosac Naify: Elaine Ramos, Julia Passos e Ana Beatriz Freire. Mas especialmente a Miguel Del Castillo, que deu forma final às páginas que ora consultamos. Também a Gabriel Sepe pelos serviços de monitoria – ponte permanente e indispensável junto à biblioteca da FAU-USP. E à jornalista Ledy Valporto Leal, minha esposa, pelo estímulo, sugestões permanentes e colaboração na montagem das biografias.

Destaque especial para Julio Katinsky – arquiteto, professor e amigo de longa data. Graças a seu discernimento intelectual e grande fôlego para a leitura, foi-nos possível discutir centenas de textos em breve período, sem, no entanto, comprometer a excelência pretendida nesta seleção.

## INTRODUÇÃO: BRASÍLIA, CIDADE-CAPITAL NA HISTÓRIA

### JULIO KATINSKY

Nesta primeira e comemorativa antologia crítica sobre Brasília, não podemos deixar de reafirmar a convicção de que a humanidade constitui-se essencialmente de memória. O homem é o único animal que coleciona suas ações antes de tudo através de produtos cerebrais transmissíveis por sons, sinais, palavras e imagens – representações da realidade próxima e que, ao se tornarem externas a nós, contribuem para a edificação de nossa própria humanidade.

Esta antologia pretende ser um esboço das ideias que acompanharam a elaboração do projeto do plano piloto e da concretização da cidade de Brasília, hoje com mais de cinquenta anos, no Planalto Central brasileiro. O século XX foi prolífico em projetos de cidades-capitais, enquanto o século XIX só teve notadamente Washington, iniciada, entretanto, no final do século XVIII. Em contrapartida, desde a primeira década do século passado, nossa civilização viu nascer Nova Délhi e Camberra, Belo Horizonte, Goiânia, Islamabad, Chandigarh, Brasília, Dacca, Palmas.

Delas todas, somente Chandigarh e Brasília tiveram ampla divulgação, ultrapassando o âmbito profissional estrito, sendo, entretanto, Brasília a que mais recebeu críticas apaixonadas, como o leitor poderá ver, tanto a favor como contra, e que foi alvo da atenção de amplos estratos de intelectuais: filósofos, historiadores, antropólogos, sociólogos, literatos, urbanistas, arquitetos. Por mais que alguns críticos tenham vestido seus textos com uma casula branca de isenção e de racionalidade, não conseguiram entretanto esconder seus *partis pris* e suas paixões. Mas isso antes os qualifica. Afinal, revelam concordância com mestre Leonardo, que observou: “Todo nosso conhecimento principia de sentimentos”.

Contudo, os organizadores da antologia e todos que tornaram este livro possível, cedendo seus textos ou participando de sua elaboração, creio, não foram neutros. Muito ao contrário, tomaram partido a favor dos anseios maiores que dirigiram a proposição, a criação e a construção dessa cidade única pela sua comovida acolhida internacional.

Explica-se essa comoção internacional pelo fato primeiro de se tratar da maior cidade proposta não como hipótese, mas para ser realizada. Com efeito, nenhuma das cidades projetadas se aproximava, em população, de Brasília, inicialmente estimada para ter 500 mil habitantes, número posteriormente ampliado para 700 mil. E nem depois, porque

as outras cidades também eram menores. Brasília cumpriu seu objetivo declarado: sua proposta política, antes de tudo, com a transferência da administração nacional, deveria alterar a história colonial, voltada para os portos de exportação de bens para o mercado europeu e norte-americano. Localizada quase matematicamente no centro do país, sinalizava a interiorização da exploração e transformação de recursos naturais de mais de 60% do território nacional, a partir de uma região erma, como se fosse um deserto. Hoje vivem no Distrito Federal cerca de 3 milhões de pessoas, distribuídas entre o plano piloto e uma constelação de cidades, frequentemente chamadas cidades-satélites, mas que em realidade desenvolvem uma economia e uma vida social próprias. Nesse sentido, a proposta de "interiorização" realizou-se muito além do imaginado inicialmente.

A fundação de cidades sempre foi um ato deliberado, *ex novo*, seja Salvador na Bahia do século XVI, seja Brasília no século XX, ou ainda Camberra na Austrália e Nova Délhi na Índia, ambas no início do século passado. E também sempre um ato político, mesmo quando havia um ajuntamento prévio, por situar-se em uma passagem crucial em um trânsito importante (Bizâncio) entre aglomerações humanas. Esse fato é marcado pelas mais antigas cidades de nossa civilização. Atenas, fundada por Erecteu, e Cécrops ou Roma, fundada por dois irmãos, Rômulo e Remo. Não foi a motivação econômica que suportou a sua fundação: em nosso latim ginasiano, Rômulo e Remo convidaram todos os malfeitores (*cum latrocinaretur*) para povoar a nova cidade. Claro que se trata de mitos. Mas o mito, nesse caso, só é uma síntese de uma memória coletiva. Particularmente nossa civilização latina conserva, para muitos, o mito engraçado do rapto das Sabinas. Ouso dizer, entretanto, que esse mito conserva uma característica única: é em Roma que, pela primeira vez em uma cidade baseada no trabalho escravo, se reconhecem a presença e decisão das mulheres nos assuntos da cidade, inclusive com a figura da matrona romana.

Nem a civilização grega com as suas filiais bizantina e islâmica, nem as civilizações asiáticas possuem essa caracterização com tanta ênfase. E também, talvez por isso mesmo, a civilização latina é a única que define a palavra *misericórdia* (trazer a miséria para o próprio coração). Dessa maneira, podemos dizer que uma *técnica* de ocupar a terra em sua espécie de *território urbano* se desenvolveu em pelo menos vários milênios de modo similar em várias civilizações, marcada sempre pela decisão prévia e organizada. Tanto o castro romano quanto o reticulado hipodâmico ou a cidade de Tell-el Amarna de Tutankhaton revelam as mesmas disposições sobre o terreno, com suas mesmas diretrizes. Podemos então supor que essa maneira regular de organizar a vida das comunidades humanas, que atravessou milênios, se de um lado preside a fundação das primeiras cidades, por outro permite e propicia seu desenvolvimento inclusive racional.

Atenas também, com sua Acrópole, nos ensina algumas afirmações posteriormente atenuadas pela luta cotidiana. A Acrópole com sua muralha circundante, no lugar mais difícil para obter e armazenar os bens essenciais para a vida diária, nos adverte que a cidade sempre surgiu para garantir a sobrevivência coletiva. Essa muralha tão

trabalhosamente construída foi atribuída como obra aos quase deuses, os ciclopes. E ainda hoje, quando nomeamos os muros de pedras brutas como "muros ciclópico", ou o concreto com grandes matacões também como "concreto ciclópico", estamos fazendo homenagem, frequentemente sem saber, à Acrópole de Atenas. Ou, dizendo de outro modo, a cidade, essa maravilhosa invenção, foi desde o início uma decisão consciente para garantir e registrar a sobrevivência coletiva: é sua razão primeira. Eis, pois, que os gregos, como registra Tucídides em sua *História da Guerra do Peloponeso*, tinham nítida lembrança de que a *cidade* só se constituía pela aliança (e acordo) entre as gens ou tribos, e não pela proximidade física na Acrópole. Esparta, que nunca reuniu fisicamente os vários *oikoi*, pôde exercer, entretanto, pela férrea disciplina dos dórios, seu poder sobre toda a península do Peloponeso e mesmo além, oprimindo hilotas e messênios. Atenas, que floresceu tanto nas artes da palavra e do pensamento, teve, por outro lado, diferente destino (existe até hoje, enquanto Esparta é sítio exclusivamente arqueológico), na medida em que reuniu as várias tribos fisicamente no mesmo território.

E não deixa de ser um período muito curto aquele entre a fundação das primeiras cidades (aproximadamente 10 mil anos antes de nossa era) e a época em que os gregos sistematizaram pela primeira vez o discurso racional, a partir do acordo das várias tribos, gens, clãs, ou que outro nome tinham as grandes famílias, com o objetivo da sobrevivência homogênea, coletiva. Todas as parentelas, com seus deuses particulares, se submetiam na cidade a um único deus ancestral inventado e comum.

Mas se a cidade é resultado de um acordo, de um comportamento racional, ela foi também o nicho privilegiado do exercício racional a tal ponto que inovou o *pensar* com o *raciocinar*. Esta palavra conserva em sua própria invenção a ideia de "discurso ordenado" de tal sorte que possa ser interpretado homogêneo por todos os cidadãos de forma unívoca. Assim, no século IV aC, surgia o primeiro tratado para organizar o discurso (*Organon*), com o objetivo de favorecer o conhecimento científico, o discurso, não mais dependente dos relatos tradicionais ou da autoridade de quem fala, mas apoiado tão somente nele mesmo. O discurso racional engendrou o discurso convincente (*Retórica*) e o discurso artístico (*Poética*) e assim se completaram na cidade antiga escravista o exame possível da palavra e o limite criador dessa civilização.

Brasília também tem, idealmente, sua acrópole na Praça dos Três Poderes, mas não apoiada em um mito fundador, e sim na utopia democrática francesa dos filósofos iluministas do século XVIII. Evidentemente, *utopia* aqui entendida como o criador da palavra, São Tomás Morus, fixou: crítica da sociedade próxima, com intenção de aperfeiçoá-la.

Sua razão de ser se constrói em torno dos Três Poderes "harmônicos e independentes" (o que não se realizou em lugar nenhum), garantindo os direitos de todos os indivíduos. É sua razão de sobrevivência. Nesse sentido, quando foi construída a estrada Belém-Brasília, diminuindo a distância de Belém à capital federal, de sessenta para três dias, foi também um ato racional para proteger a integridade territorial do Brasil,

especialmente a região amazônica, sempre cobiçada no último século por potências muito poderosas. Foi também comportamento racional, de sobrevivência coletiva. Se essas considerações forem aceitas, podemos reconhecer que Brasília, tão devedora da Ville Radieuse e mesmo de Chandigarh, é também seu inverso exato. De fato, as duas propostas citadas têm seu peso maior na extensão e consolidação das unidades de vizinhança, tendo quase como apenso a *cité d'affaires* no primeiro caso, ou os edifícios governamentais, o grande centro cívico, no segundo, justapostos à trama das habitações. Brasília, ao contrário, nasce da Praça dos Três Poderes, se desenvolve na Esplanada dos Ministérios e encontra e se completa com o Eixo Residencial, organicamente colocado, não estabelecendo nenhuma hierarquia entre essas duas funções urbanas, o que faz de Brasília uma cidade única em seu século. A elegância miesiana dos edifícios oficiais projetados por Oscar Niemeyer cativou de tal maneira os críticos de arquitetura, mesmo os mais avessos ao arquiteto brasileiro, que poucos se deram conta da sua contribuição urbanística para a consolidação do Eixo Monumental. Mas essa contribuição, se, por um lado, deriva de seu aprendizado com Lucio Costa e Le Corbusier, por outro, se firmou desde o projeto da praça da ONU (com Le Corbusier) e adquire autonomia com o plano piloto do ITA em São Paulo.<sup>1</sup> No Parque do Ibirapuera, a marquise atenua a importância dos edifícios, pois ela não pretende ser somente a ligação coberta entre eles, mas é peça autônoma garantindo o abrigo aberto de milhares de usuários do parque. De fato, cresceram nesses projetos a identificação e ênfase do volume representativo (funcional) do conjunto edificado, restando aos outros volumes a função de mero cenário-suporte. Na Praça dos Três Poderes, não só há o abandono de qualquer monumentalidade tradicional, acentuando-se apenas os volumes que denunciavam as casas legislativas, como, além disso, localizando a entrada do público no termo do Eixo Monumental, foi criado o ícone que representa desde então a cidade de Brasília (como a Torre Eiffel, em Paris, ou a Igreja de São Pedro, no Vaticano).

Mas Brasília ultrapassa esse plano econômico-político. A nova capital popularizou um modo de viver em cidade que até então só existia como utopia, ou como realizações pontuais: na França com Godin e seu Familistério de Guise do século XIX, e, no Brasil, no Pedregulho de Reidy para modestos funcionários públicos ou no Parque Guinle de Lucio Costa para estratos mais altos da sociedade carioca, na primeira metade do século XX. Pela proposição do Eixo Residencial, o arquiteto-inventor estendeu a proposta já presente na cidade-jardim inglesa de proximidade de trabalho e educação, lazer e bens de consumo cotidiano junto à habitação. Com a diferença de que, ao mais que decuplicar a densidade habitacional (quarenta habitantes por hectare, na cidade-jardim inglesa; seiscentos habitantes por hectare na sugerida por Le Corbusier e adotada em Brasília), tornou viável a proposta para amplas faixas da classe média.

1 Ver Stamo Papadaki, *The Work of Oscar Niemeyer*. Nova York: Reinhold, 1950.

Em São Paulo, já em 1960, os primeiros edifícios de apartamentos da classe média alta começavam a apresentar, dentro dos gabaritos municipais vigentes, áreas verdes e algumas áreas de uso comum, como salas de eventos, festas, reuniões, sob a projeção dos edifícios, junto ao "jardim". Em pouco tempo essas concepções aplicaram-se em "condomínios fechados" com área de lazer (como piscinas, áreas de práticas esportivas, paisagismo, com arborização, segurança privada), configurando uma segregação da cidadania, denunciada por vários críticos. A cidade real fica fora dos condomínios fechados: a educação, o convívio criador (arte), a reflexão sobre a sobrevivência, o lazer intelectual... De fato, as próprias superquadras de Brasília, pensadas para serem abertas, começam a receber grades privatizantes, numa antítese de suas intenções iniciais. Mas essa deformação aviltante caminha para seu oposto numa multiplicação utópica. Ou seja, essa condição aponta para um futuro imprevisível e imprevisível: a cidade encontrará seu futuro quando toda ela for um condomínio de todos os seus moradores e visitantes.

Quando os responsáveis pela cidade de Brasília junto à ONU cogitaram declarar a cidade Patrimônio da Humanidade, muitas vezes se manifestaram contra, umas porque achavam prematura em uma obra tão recente essa característica quase eterna de consagração cultural, outras porque temiam a petrificação de um momento tão criador do século XX. Ou assim argumentaram. Contra essas posições, outras opiniões se fizeram ouvir, e não só a cidade foi consagrada pela ONU, como o plano piloto foi inscrito no Livro de Tombo do Governo Brasileiro pelo Iphan, ainda em vida de seu autor principal. Lucio Costa formulou alguns itens para a sua preservação, o que não deixa de ser, também, um fato inédito. Na verdade, a preocupação com a conservação de sinais da criatividade humana sempre acompanhou nossa espécie nos milênios que podemos investigar, pelo menos desde que se instituíram os enterros rituais. Mas essa preocupação cresceu quando as cidades foram inauguradas e construídas (e a destruição das cidades e seus edifícios representativos é um indício claro das intenções dos vencedores) e se multiplicou no Império Romano. Pausânias, escritor grego do século II dC, sob os Antoninos, autor de dez livros sobre mitos e obras (todos são mitos!) relevantes da Grécia, era o último elo de um gênero literário que os estudiosos remontam, documentadamente, a trezentos anos antes.

E é desse império que possuímos o maior número de edifícios quase intactos: o Panteon, a Maison Carrée, a Arena de Nimes ou de Verona, pontes espetaculares como a de Alcântara na Espanha, teatros como os de Mérida, ou aquedutos como o de Segovia ainda hoje levando água para a cidadela romana primitiva, com a intenção de proteger o ecúmeno. Entretanto, foi na Idade Média, aparentemente, que surgiu ou se desenvolveu a ideia de proteção de conjuntos urbanos.

O livro sobre o agenciamento do Museo delle Sinopie de Pisa nos diz que desde 1286, pelo menos, essa diretriz já era consciente:

No breve *pisani communis* de 1286 documenta-se a disposição, depois modificada em lei emanada dos governantes da república, com a qual se impedia qualquer construção nas proximidades do hospital: "edificium vel domum fieri vel edificari inter ecclesiam sancti Johannis Baptiste et hospitem Novum Misericordie non permictemus".

Essas diretrizes devem ter-se multiplicado, pelo menos em termos de gabaritos e de adensamento populacional, pois hoje, se formos a San Miniato al Monte, em Florença, veremos praticamente o mesmo *skyline* em torno da Igreja de Santa Maria del Fiore que um florentino veria do mesmo lugar, seiscentos anos antes. Pelo menos é o que nos asseguram os desenhos do panorama da cidade realizados depois de 1470. O mesmo se pode dizer da cidade de Lucca no interior de suas muralhas, ou Verona, ou Siena, ou Assis, ou o miolo de Vicenza, ou ainda Veneza...

Se estamos convencidos de que a criatividade é um atributo humano, também somos obrigados a reconhecer que a criatividade exercida para a estrita expressão de anseios de determinados momentos é privilégio de poucos e, na medida em que indica um futuro diferente do presente, deve ser conservada.

Quando o arquiteto Lucio Costa redigiu seu memorial para o concurso do plano piloto de Brasília, referiu-se a três "escalas": a escala residencial, a escala gregária e a escala monumental. Aproximadamente dez anos depois da cidade inaugurada, acrescentou uma quarta escala, que denominou lazer-bucólica. Ora, *bucólica* foi uma palavra colocada em circulação e fortemente valorizada por ocasião da primeira grande reforma agrária implementada por César Otaviano, o Augusto, e com o sentido claro, propagandístico de valorização da vida rústica, pastoril. No memorial do plano piloto de Brasília, o verde proposto era quase uma barreira entre o sistema viário e o interior das superquadras, onde se situavam os blocos habitacionais. Nada mais distante de uma área "bucólica". Posteriormente, ao verde das superquadras o arquiteto sugeriu uma ampliação (que talvez já estivesse implícita em sua mente desde o início) da escala bucólica para as áreas envoltórias do plano piloto propriamente dito, incluindo o cerrado depois da Praça dos Três Poderes, das áreas lindeiras ao Eixo Monumental e de outras áreas acima do Eixo Residencial. Nenhuma dessas áreas foi até agora dedicada à exploração agrária ou pastoril, arcádica (que por sua vez já era uma idealização urbana dos rudes trabalhos do campo na época de Virgílio).

Sugerimos outra origem para esse verde proposto: ele se ancora no paisagismo urbano do século XIX, que, tanto no Rio de Janeiro, com sua Floresta Urbana da Tijuca, quanto em parques dentro da cidade de Paris, são recomposições de áreas degradadas. No Rio de Janeiro, de antigas fazendas de café. Em Paris, de velhas pedreiras desativadas. Então essa escala bucólica (melhor dito seria *escala ecológica*) seria um alerta para um fenômeno novo e produto esmagador da nova "cidade industrial", que fez sua aparição na consciência coletiva europeia já no início do século XIX.

Podemos caracterizar essa tomada de consciência no crescimento desordenado de algumas cidades, como Paris, Londres e outras cidades inglesas nas quais a população urbana, em menos de trinta anos, saltou de poucas centenas de milhares de habitantes para milhões. São Paulo, por exemplo, entre 1870 (quando se inaugurou a estrada de ferro Santos–Jundiaí) e 1900, passou de 30 mil habitantes para 200 mil.

Pode-se dizer que o antigo e precário equilíbrio milenar entre cidade e campo rompia-se definitivamente, aparecendo como uma verdadeira monstruosidade. Dois resultados importantes surgiriam então. O primeiro foi a discussão do interior da sociedade e suas correções. Surgiram inteligências como Saint Simon, Fourier, Owen, entre os mais conhecidos, um pouco por toda parte, que, na França, Inglaterra, propuseram novas formas de convívio social. Na França convergiram para Auguste Comte e sua "filosofia positiva". Na Inglaterra, pela primeira e única vez, intelectuais adotaram explicitamente posições relacionadas ao pensamento francês. Na Alemanha, surgiram Hegel e os "jovens hegelianos", dentre os quais se destacaram Marx e Engels e seu "socialismo científico". Estas duas correntes de pensamento, positivista e idealista, patrocinaram o surgimento de novas ciências, chamadas "humanas". Esse pensamento generoso tem sua discreta presença no projeto e memorial de Brasília. O outro resultado foi encarar a não cidade como a "natureza intocada pelo homem", ou seja, a biologia geral do planeta independente do homem, como Saint-Hilaire e Lamarck no início do século, Wallace, Darwin, Haeckel, na Europa, e o teuto-brasileiro Fritz Müller, entre muitos outros, como o abade Mendel na Áustria. Justamente a Haeckel se deve a invenção da palavra "ecologia", por analogia a outra nobre palavra, *ecúmenos*, contemporânea dos imperadores romanos.

Somente que *ecúmenos* compreendia então as margens do Mediterrâneo. Hoje cada vez mais a palavra refere-se a todo o planeta e se funde com a palavra do biólogo alemão. Aí então a escala bucólica do arquiteto brasileiro filia-se à sua verdadeira origem e às preocupações cada vez mais presentes de todos em relação ao futuro da vida humana no planeta. Cada vez fica mais claro que estamos todos comprometidos, toda a humanidade, ou seja, o que os chineses ou indonésios fazem nos concerne, e reciprocamente.

Nesses mais de cinquenta anos, vimos fatos inacreditáveis acontecerem. As cidades brasileiras cresceram a tal ponto que inverteram a relação de habitantes da cidade *versus* habitantes do campo: enquanto em 1956 a relação era quase 40% na cidade e 60% no campo, hoje 70% dos brasileiros vivem nas cidades e cerca de 30% vivem fora delas. Essa é uma tendência mundial: o presidente Lyndon Johnson previa em 1964 que nos Estados Unidos, na virada do século, 95% dos norte-americanos viveriam em cidades. Essa previsão realizou-se inteiramente.

São Paulo, que neste início do século ultrapassou a marca dos 11 milhões de habitantes, é considerada a maior cidade abaixo do Equador. Xangai, na China, tem quase o dobro de habitantes de São Paulo, assim como a Cidade do México. Também, em 1956, havia dois grandes centros de pesquisa científica no Brasil: Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje podemos

reconhecer centros de pesquisa científica e artística pelo menos em todas as grandes cidades brasileiras, rivalizando em trabalhos reconhecidos com os dois centros tradicionais.

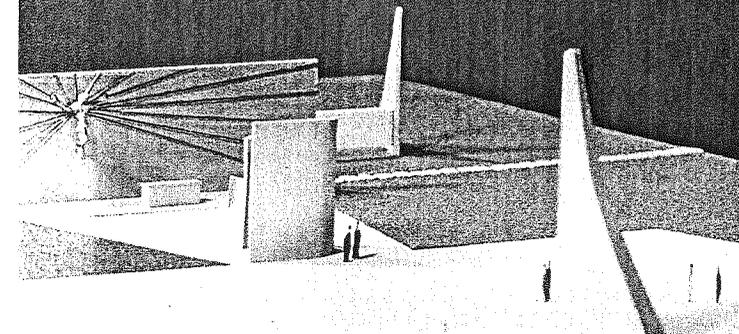
Esse fenômeno não é exclusivo: conhecimento científico desenvolvido na Ásia (China, Japão, Coreia etc.) comparece como notícia em nossas publicações. Ao lado desse extraordinário espetáculo criador, pode-se afirmar que nunca foi tão amedrontador e perigoso viver nas cidades, também sem privilégio de continente ou de latitude. Surto inesperado de delinquência surgem em todas as cidades ao sul ou ao norte do Equador. Ao terrorismo privado seguiu-se o terrorismo de Estado. Antigamente, só as grandes cidades norte-americanas exibiam *serial killers*. Hoje, qualquer cidade média já produziu os seus, inclusive nos *campi* universitários ou grandes colégios médios. Surgiram duas "instituições" novas: o genocídio em escala mundial e o crime hediondo em escala local. Essas situações ocorrem tanto nos países que integram o "eixo do mal" quanto nos do "eixo do bem". Obviamente, cada eixo acusa o outro de anti-humano.

Pressente-se que não se pode viver hoje dentro das rotinas tradicionais. É preciso mudá-las, é preciso procurar uma nova racionalidade como nossos ancestrais acharam há 10 mil anos. Mais do que procurar, é preciso inventar essa nova racionalidade.

E esta é a única tarefa fundamental: sem perder as imensas possibilidades criadoras que se abrem em nossa civilização, necessitamos de uma nova racionalidade que nos garanta aquele desejo expresso pelos prisioneiros do primeiro campo de concentração na Europa dos anos 1930, conforme o padre Lebreton registrou em um de seus livros:

*Oh terre enfin libre  
Où nous pourrions revivre  
Aimer, aimer!*

## OS PROJETOS E A CRÍTICA (1956-64)



## TRIUNFO E CREPÚSCULO DO PLANO

As fotografias documentam os paradigmas com base nos quais essas cidades foram frequentemente admiradas ou criticadas: o triunfalismo de seus palácios governamentais, ainda que em estado de ruína no caso de Chandigarh; os espaços abertos imensos (oceânicos)<sup>13</sup> que os circundam; a retórica do progresso dramatizada nas artérias de tráfego (uma escolha infraestrutural que gerou nas duas cidades densidade de tráfego mais elevada que em qualquer outra região desses mesmos países); a fé no *welfare state*, que se reflete nos esquemas residenciais minuciosamente desenhados, embora estereotipados. Naturalmente devem ser mostradas as diferenças entre os projetos idealizados e construídos e a maneira pela qual foram sendo ocupados, utilizados ou redefinidos durante os decênios seguintes, as fendas e as fissuras por meio das quais a realidade da pobreza e as promessas da globalização invadiram aqueles que foram antes espaços relativamente cartesianos.

Levando em conta as ambições sociais e políticas em jogo, assim como as diferenças dos projetistas, a qualidade do habitar é elevada, não obstante pareça superfluo dizer que hoje ninguém optaria por reproduzir as impressionantes superquadras de Brasília ou o elegante funcionalismo da cidade-jardim de Pierre Jeanneret, Jane Drew e Maxwell Fry, no caso da construção de novos edifícios.

Quando em Chandigarh entra em jogo a residência, envolvendo a propriedade privada, o modernismo dos criadores da cidade é automaticamente substituído por um ecletismo neo-historicista que evoca antes de tudo os eldorados veranistas da Costa Brava ou as colônias para aposentados em Phoenix, Arizona.

Todavia agora, numa inversão em cruz, é possível ver ressurgir da especulação imobiliária das cidades-satélites de Brasília as estereometrias cristalinas da arquitetura funcionalista. Admitindo-se que o projeto da maior parte dos apartamentos deva ser miserável, é difícil não ficar fascinado pela vitalidade e pela ostentação neoplástica de alguns novos edifícios residenciais em cidades-satélites como Águas Claras.

Estas reflexões, deliberadamente inacabadas como as transformações urbanas e os processos de crescimento que buscam ilustrar, pretendem oferecer, mais do que respostas definitivas, material para reflexão e discussão, a fim de constituir, na pior das hipóteses, um relatório temporário com vista a abrir novos caminhos para a análise e a pesquisa.

## BRASÍLIA: MUSEU DA MODERNIDADE

ADRIÁN GORELIK

CASABELLA, N. 753, MILÃO, MAR. 2007, PP. 13-21. REVISTO PELO AUTOR.

TRADUÇÃO GÊNESE ANDRADE

1.

Apenas aos cinquenta anos, Brasília parece estar passando por uma reavaliação crítica distanciada dos debates que por tanto tempo retardaram sua compreensão.<sup>1</sup> Não há dúvidas de que o humor póstumo com que nossa atualidade considera a modernidade influencia essas mudanças de perspectiva. Hoje tendemos a ver com espírito museográfico tudo o que foi produzido pela modernidade estética: como não reconsiderar, então, uma cidade que, de fato, é uma das maiores exposições de modernismo a céu aberto? Até o plano piloto foi declarado “patrimônio histórico da humanidade”: em uma época na qual a mera passagem do tempo já não é moderna, e o moderno deve ser preservado da passagem do tempo, como não se deter com novo ânimo diante dessa cândida exibição de convicções modernas que se encontra em Brasília? Essa seria, certamente, uma maneira de interpretar Brasília como “museu da modernidade”, mas não é esse o sentido que será dado a essa expressão; a ideia de “museu” não remete aqui a uma qualidade da observação, mas sim da própria cidade: sua autoconsciência quanto ao papel que deveria desempenhar. Cada edifício importante de Brasília nasceu consciente de sua história e continuou relatando-a: em muitos halls de acesso, podem ser vistos os esboços originais do edifício, as orgulhosas narrativas de si mesmo, como rastros materiais e literários da epopeia que a arquitetura produziu e encarnou.

O próprio plano da cidade, com sua explícita capacidade simbólica, teve a virtude de conseguir, mediante a pura radicalidade estética associada à mitologia política, uma identificação cidadã que as cidades alcançam por meio de uma longuíssima sedimentação cultural. Diante do seletivo grupo de cidades míticas – Paris, Londres, Veneza ou Nova York –, que maceraram lentamente uma densa camada de representações, Brasília conseguiu produzir *ab initio* um efeito análogo, substituindo aquela densidade histórico-cultural pelo efeito fulminante de um projeto voluntarioso feito *forma*, e assim se explica boa parte da identificação estética, cultural e cívica de seus habitantes.

<sup>1</sup> Este texto é uma versão reduzida do que foi publicado na revista *Casabella*, n. 753, Milão, mar. 2007, e remete às ideias desenvolvidas no livro do autor, *Das vanguardas a Brasília – Cultura urbana e arquitetura na América Latina*, trad. Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. [N. O.]

Há um exemplo fundador dessa autoconsciência: o Catetinho, a residência provisória que, apenas iniciadas as obras, Niemeyer projetou e fez construir em dez dias, a vários quilômetros do plano piloto, para que o presidente Kubitschek resolvesse os assuntos do governo em cada uma de suas expedições à capital em construção. O pequeno edifício é uma feliz junção de critérios modernos e tradicionais, em uma dessas operações arquitetônicas típicas dos anos 1940 e 50, de apropriação de elementos tradicionais e populares a partir dos parâmetros do bom gosto modernista. A imagem do edifício combina de modo insuperável valores como espírito pioneiro, adequação cultural e ecológica, austeridade republicana. E as anedotas sobre a reação favorável dos estrangeiros que visitavam o presidente em sua residência provisória são incontáveis: como sempre no Brasil, a capacidade comunicativa da arquitetura moderna rendeu dividendos políticos imediatos. Mas o curioso é que, uma vez concluída a residência presidencial definitiva, em 1958, não ocorreu aquilo que caberia esperar em qualquer epopeia construtiva: isto é, o ato solene de demolição de todos aqueles rastros da provisoriedade que serviram no caminho da realização. Ao contrário, em outro ato solene, o Catetinho foi declarado patrimônio histórico nacional e hoje pode ser visitado como museu de si mesmo, ou seja, como uma arquitetura capaz de expressar a essência política e cultural da epopeia de Brasília.

É nesse sentido profundo que as arquiteturas de Brasília são monumentais: porque tornam presente o acontecimento e a vontade que as produziu, como representações acabadas de uma modernidade que soube ser estética, política e cultural. O próprio talento inventivo de Niemeyer – que o leva com frequência à superficialidade arquitetônica – contribui nessa direção monumental. Sabe-se, por exemplo, que as tão características colunas do Palácio da Alvorada foram incorporadas maciçamente ao imaginário popular em todo o Brasil, reproduzidas em modestas arquiteturas populares como ícone de uma vontade de modernidade nacional e folclórica. Isso não é só um indício da aceitação popular de um “estilo” Brasília, mas também da capacidade de Niemeyer como produtor de símbolos – como *icon giver* –, cuja eficácia comunicativa deveria ser uma das vias de compreensão do fenômeno Brasília e de seu lugar específico na modernidade ocidental.

De fato, essa atitude museificadora apenas recentemente foi associada às obras modernistas. Por exemplo, as Siedlungen alemãs<sup>2</sup> somente nas últimas décadas começaram a ser restauradas com subsídios estatais e a converter-se em santuário turístico da modernidade estética. Sua função original pretendia ser a de mero veículo da modernização dos hábitos de vida, para adequar as pautas culturais e o mundo

material às condições de um mundo moderno cuja lógica profunda as vanguardas acreditavam haver compreendido; sua epopeia foi construir o *Neue Welt* e por isso se autorrepresentavam como a substituição dos valores estéticos pelas metas técnicas e sociais (é evidente que, por trás das hipóteses funcionalistas ou civilizatórias, havia uma complexa soma de pressupostos puramente estéticos e simbólicos, mas isso só foi compreendido muito tempo depois).

Ao contrário, Brasília nasceu reivindicando-se tanto como obra de arte como de urbanismo e, por isso, monumento da modernidade, o que supôs uma atitude distanciada com relação ao “moderno”, uma reutilização potencializada de algumas de suas valências convertidas em motores da comunicação e em objetos de veneração museográfica. Trata-se de uma atitude precocemente presente em Lucio Costa, ao reivindicar o papel da história na construção de uma “modernidade nacional”, atitude-chave no surgimento da arquitetura moderna brasileira como dispositivo cultural. A negação da história na Bauhaus, a “tradição do novo” vinculada ao culto do método empírico e do mundo tecnológico, buscava produzir, como assinalou Manfredo Tafuri, objetos artísticos que só podem viver no presente.<sup>3</sup> Desse ponto de vista, a experiência do modernismo brasileiro em sua versão canônica poderia ser vista como uma completa inversão: a finalidade do objeto artístico é produzir ao mesmo tempo um futuro e sua tradição. Por isso pode-se dizer que a arquitetura moderna brasileira é “antivanguardista”: porque o problema que deve resolver é a ausência de história, não seu excesso. A necessidade do modernismo brasileiro foi encontrar um lugar na história para o presente e, paradoxalmente, isso o situou entre os primeiros movimentos que apelaram para a figuração modernista com sentido histórico distanciado, ou seja, que *escolheram* a figuração modernista como um *estilo histórico* para compor soluções formais, tipológicas e funcionais voltadas para uma vontade diferente: a produção de uma ordem capaz de encarnar e simbolizar o poder modernizador do Estado nacional.

2.

Se aceitarmos então que a autoconsciência de Brasília remonta ao próprio momento fundador da arquitetura moderna brasileira, devemos recordar que ele não coincide com o início de construções de apelo vanguardista no Brasil, e sim com o surgimento de sua versão carioca no Ministério da Educação [e Saúde], no Rio de Janeiro, em 1936: ali nasceu, sob o comando de Lucio Costa, o eficaz dispositivo de produção simbólica que amalgamaria por duas décadas a arquitetura brasileira, daria a ela sua função política e sua projeção internacional. Um dispositivo no qual vai predominar

<sup>2</sup> Bairros de conjuntos de habitações populares na Alemanha, construídos por Ernest May e outros arquitetos modernistas após a Primeira Guerra Mundial. [N. E.]

<sup>3</sup> Manfredo Tafuri, *Teorías e historia de la arquitectura* [1968]. Barcelona: Laia, 1977.

a ambição de continuidade, uma busca voltada para produzir um “novo equilíbrio”<sup>4</sup> A nova arquitetura vai ser apresentada, assim, não como uma *alternativa*, e sim como a conclusão de todas as buscas dos anos 1920, as do modernismo, do regionalismo e do neocolonial, materializando a aspiração dos jovens artistas e intelectuais (a qual desde 1930 era compartilhada também pelo Estado): a produção de uma *língua nacional*.<sup>5</sup>

Entre os anos 1930 e 50, a vanguarda arquitetônica brasileira saberá produzir os símbolos do voluntarismo construtivista estatal, e o Estado saberá potencializá-la como a chave modernizadora de sua ambição por uma cultura, uma sociedade e uma economia nacionais. A arquitetura moderna, como em quase nenhum outro lugar do mundo, tomou no Brasil a forma de uma fábrica de imagens à qual o Estado pôde recorrer para produzir o imaginário da modernização territorial e urbana que estava enfrentando como desafio contemporâneo: a formação de sistemas econômicos nacionais integrados, como parte dos novos papéis públicos que emergiram com a reestruturação do sistema econômico internacional em 1930. No Brasil, as figurações dessa modernização foram preenchidas pelas formas modernistas graças a seu apelo simultâneo à tradição que devia fundamentá-las; esse quadro de ambiguidade culturalista foi o território comum no qual Estado e vanguarda se construíram mutuamente. Por isso o ciclo da arquitetura moderna brasileira se situa tão perfeitamente entre o nacionalismo dos anos 1930 e o desenvolvimentismo dos anos 1950, convertendo Brasília em um ponto de chegada de uma longa mitologia de origem e futuro do Brasil.

Não só do Brasil. “A função integradora e o valor simbólico de Brasília” foram, nos anos que a confiança desenvolvimentista durou, um dos principais sintomas de que a América Latina estava “avançando para as próprias fronteiras”<sup>6</sup> Para a ideologia desenvolvimentista, Brasília era a demonstração de que o subcontinente chegava à maioria, com metas cada vez mais ambiciosas. O novo plano de estradas que resultou da mudança da capital, com a rodovia Belém-Brasília como epítome de sua epopeia técnica e geográfica, parecia um manifesto continental dessa vocação

nacional-estatal-desenvolvimentista, tão cristalina como as linhas em cruz do plano piloto: uma nova fundação.

Essa foi a combinação conseguida por Costa em seu plano: arraigar a vontade modernizadora do Estado em uma superatuação culturalista de ordem e história. Assim se explica o sucesso instantâneo de seus esboços no concurso do plano piloto: aquele era o próprio programa de Brasília e ninguém poderia responder melhor a ele do que quem o havia formulado como matriz fundadora da arquitetura moderna brasileira vinte anos antes. Essa peculiar combinação de modernização e culturalismo nacionalista foi o que cimentou a arquitetura moderna e o Estado em seu ciclo de apogeu, e foi isso o que terminou em Brasília: a firme certeza de um movimento nacional. A partir de Brasília, houve no Brasil arquitetos bons e maus, obras interessantes ou não, porém não existiu mais uma arquitetura moderna brasileira como expressão cultural da vontade nacionalista produzida pelo Estado e assumida como própria pela sociedade.

### 3.

Essa leitura do ciclo da arquitetura moderna brasileira, a compreensão de sua versão peculiar da figuração e da retórica modernistas, permite apreciar o mal-entendido que situou Brasília como um simples produto do receituário CIAM / Carta de Atenas: a realização tardia, deslocada, dos postulados do “movimento moderno” ortodoxo. Isso é o que continuam fazendo aqueles que se horrorizam por ver em Brasília a “realização” monstruosa dos sonhos da razão modernista, tanto quanto os que se lamentam por ver nela o “fracasso” das ambições reformadoras e progressistas do programa moderno.

Na verdade, as rejeições a Brasília foram acumulando, sem reflexão, argumentos dos diferentes estratos do pensamento sobre o modernismo que se sucederam nos últimos cinquenta anos. Por isso hoje é impossível reavaliá-la sem fazer uma mínima desmontagem de seu destino crítico. O primeiro que organizou em uma leitura coerente o mal-estar internacional com Brasília, quando a cidade ainda estava em plena construção, foi Bruno Zevi. Já não se tratava só do monumentalismo e do irracionalismo do modernismo brasileiro (criticados acidamente por Max Bill no início dos anos 1950); já não se tratava também, na direção oposta, da rigidez funcionalista, mas de uma avaliação mais global: as necessidades monumentalistas do Estado nacional-desenvolvimentista não podiam, no pós-guerra europeu, escapar à caracterização de autoritarismo.<sup>7</sup> Passados os primeiros momentos de euforia (finalmente, construir

4 Ver Lucio Costa, “Razões da nova arquitetura” [1930], in Alberto Xavier (org.), *Lucio Costa – Sobre arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962 [Porto Alegre: UniRitter, 2007].

5 Não posso me estender aqui sobre tais características da arquitetura moderna brasileira; remeto a meu livro *Das vanguardas a Brasília*, no qual também se poderá encontrar uma explicação detalhada dessa inversão das definições habituais de “vanguarda”, a partir das relações entre arquitetura moderna, Estado e tradição nacional. Sobre essas relações, com foco em Lucio Costa, ver também a arguta análise de Carlos A. Ferreira Martins, *Arquitetura e Estado no Brasil – Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lucio Costa 1924-1952*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 1987.

6 A frase é de Jorge Enrique Hardoy, “El rol de la urbanización en la modernización de América Latina”, in *Las ciudades en América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1972.

7 Ver, especialmente, Bruno Zevi, “Inchiesta su Brasilia – Sei ? sulla nuova capitale sudamericana”. *L'Architettura – Cronache e Storia*, n. 51, Milão, jan. 1960. [Ver pp. 66-72, neste volume.]

uma cidade completa parecia um sonho do modernismo), começou a revelar-se inas-similável a realização de uma cidade por razões e decisão exclusivamente políticas: tanto da perspectiva do realismo capitalista como da esquerda, as únicas razões “salutares” que justificavam a aparição de uma cidade deviam ser econômicas e sociais. Definitivamente, o fato de que Brasília tivesse podido se realizar, longe de mostrar a capacidade brasileira, ratificava a imagem dos países latino-americanos como lugares de ditaduras excêntricas, imagem que a relação de mecenato entre Kubitschek e Niemeyer potencializava ao infinito (a ponto de que algumas críticas se vissem diante da necessidade de esclarecer que Kubitschek era um presidente democrático); sendo assim, o golpe militar de 1964 foi visto simplesmente como uma confirmação: a profecia autocumprida de uma cidade burocrática, autoritária, kafkiana.

A partir daí, Brasília ficou fixada na crítica arquitetônica e urbanística interna-cional como um erro: um projeto modernista construído fora do tempo. Ali fez sua aparição a crítica sociológica, que viu em Brasília um exemplo esclarecedor do papel da segregação espacial na cidade capitalista (e no urbanismo modernista, que não era mais do que uma função daquela).<sup>8</sup> Por fim, sobre essa trama se apoiou o debate pós-moderno nos anos 1980, que amalgamou sem distinção todos os argumentos anteriores, criticando em Brasília tanto a ruptura das matrizes culturais do habitar tradicional no Brasil, como o fracasso na transformação social que seu projeto modernista havia prometido.<sup>9</sup>

Costa e Niemeyer elaboraram ao longo dos anos uma série de respostas a esse arsenal crítico. Costa o fez sempre mantendo seu perfil de humanista lúcido e bem-intencionado. Niemeyer, ao contrário, talvez porque sua identidade comunista parecia

dar-lhe imunidade com relação a qualquer dúvida sobre seu compromisso social, cultivou alternadamente o recurso ao idealismo traído e ao realismo cínico na típica variante vanguardista. Mas, por trás de seus argumentos, é fácil notar que ambos estavam conscientes de que suas arquiteturas trabalhavam sobre um conjunto de variáveis de composição, função e modos de vida traduzidos em símbolos, aos quais já não se devia solicitar a adequação a nenhuma espécie de valor que não fosse sua própria representatividade. Aos que os criticavam quanto ao fato de que aquilo que construíam não atendia aos postulados sociais modernistas, respondiam: “mas os senhores realmente acreditaram que isso era possível na sociedade brasileira?”; enquanto aos que os criticavam por atender a esses postulados, diziam: “é que outra coisa podemos fazer em um país como o Brasil, ‘condenado ao moderno?’”. Souberam dar forma arquitetônica a uma ilusão de longo enraizamento no modernismo brasileiro, a de capitalizar “as vantagens do atraso e as vantagens do moderno”.<sup>10</sup> Em todos os casos, assinalaram uma distância crítica com o *dever ser* da arquitetura que o “movimento moderno” havia canonizado; apresentaram uma ideia da arquitetura que não responde mecanicamente a necessidades sociais ou econômicas, mas se autonomiza em pura celebração dos próprios recursos. Uma distância que a crítica situou nos anos mais recentes como uma das atitudes da rebelião pós-modernista. Longe de sustentar que Brasília foi pós-moderna *avant la lettre*, seu exemplo deveria servir para mostrar a precária capacidade explicativa desse termo e a necessidade, a partir de seu questionamento, de ponderar algumas peculiaridades dos debates arquitetônicos e estéticos dos anos 1950.

#### 4.

Evidentemente, já faz mais de trinta anos que a melhor literatura crítica internacional renovou o olhar sobre os anos 1950, mostrando, contra a ideia de que se tratou de um período de extensão pacífica do “modernismo tardio”, o clima contínuo e instável de experimentação em que ficou o conjunto da cultura artística e arquitetônica pelo esgotamento das vias seguidas pelas vanguardas. Mas, mesmo as melhores histórias gerais que o fizeram – como as de Tafuri e Dal Co ou Kenneth Frampton –, na hora de abordar o caso de Brasília e, de modo mais geral, o ciclo completo da arquitetura moderna brasileira, reiteraram as opiniões já convencionais. A tarefa pendente, então, é pôr Brasília em perspectiva: incluir seu caso *periférico* naqueles novos quadros gerais, para entender, possivelmente, que todo o sentido do central e do periférico deve ser questionado.

10 Ver Luiz Werneck Vianna, “Ventajas de lo moderno, ventajas del atraso”, in Felipe Arocena & Eduardo de León (orgs.), *El complejo de Próspero – Ensayos sobre cultura, modernidad y modernización en América Latina*. Montevideo: Vintén, 1993.

8 Como destaca Luiz Sérgio Duarte da Silva em *A construção de Brasília – Modernidade e periferia*. Goiânia: Ed. UFG, 1997: “A análise da construção de Brasília foi comprometida pela apreciação da segregação espacial”.

9 Como exemplo acabado dessa confusão pós-moderna, pode-se ler o conhecido livro de James Holston, *The Modernist City – An Anthropological Critique of Brasília*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989 [ed. bras.: *A cidade modernista – Uma crítica de Brasília e sua utopia*, trad. Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010]. Evidentemente, revisar os lugares-comuns das críticas não significa concordar com a literatura enconômica sobre Brasília produzida de forma simétrica, e sim mostrar que, como queria Lucio Costa, chegou o momento de compreender Brasília. Nessa tarefa, é fundamental a nova historiografia brasileira; destaco apenas como exemplos os trabalhos de Carlos Martins e o livro de Duarte da Silva, citados, ou a tese sobre Brasília realizada por Antonio Carlos Carpintero, *Brasília – Prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998*. Tese de doutoramento. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 1998. Já Benamy Turkienicz e Carlos Eduardo Comas haviam realizado um equilibrado balanço em termos urbanísticos: “Brasília, historia y análisis (1957 hasta la actualidad)”. *Arquitectura Panamericana*, n. 1, Santiago do Chile, FPA, dez. 1992 [ver pp. 348-54, neste volume]. Do exterior, podemos citar Thomas Dekker, “Brasília – City vs. landscape”, in *The Modern City Revisited*. Londres: Spoon, 2000; a reavaliação das superquadras realizada por Farès El-Dahdah (org.). *Lucio Costa – Brasília’s Superquadra*. Cambridge, Case 5, Harvard Prestel, 2004 [alguns artigos constam neste volume]; ou a revista *Block*, que dedicou seu número 4 [Buenos Aires, 1999; A. Gorelik, Jorge F. Liernur & C. Martins (orgs.)] a uma revisão geral do “fenômeno Brasil” na cultura arquitetônica do século XX.

É que, desde seu início na década de 1930, a arquitetura moderna brasileira não significou a aplicação deslocada no tempo e no espaço de um cânone estabelecido fora dela, e sim uma das linhas de busca contemporâneas à crise do modernismo; uma linha marcada pelas necessidades de representação simbólica do Estado e pela produção de uma *tradição nacional* que a agenda original do programa canônico não contemplava. Algumas explicações de Brasília surgem, como vimos, da história interna dessas buscas; outras, de sua relação polêmica com outras buscas internacionais contemporâneas. Para não insistir no contraste explícito entre Brasília e o funcionalismo ou o movimento New Town (os dois mais claros referentes urbanísticos dos anos 1940 e 50 discutidos no plano piloto), convém ver as diferenças entre o esquema de Costa e a quadrícula corbusiana para Chandigarh, ou a maior elaboração do problema da vizinhança nas superquadras diante da simples disposição livre de filas residenciais no verde realizada no Hansaviertel, de Berlim, em 1957.<sup>11</sup> Assim aparece com clareza qual é o sentido da *ordem* no esquema de Brasília, ao qual são submetidos todos os instrumentos do urbanismo moderno: já não é a ordem da Nova Objetividade, que buscava uma cidade adequada à produção socializada; nem a ordem do planejamento burocrático do pós-guerra, que havia convertido os dispositivos vanguardistas em técnica neutra de *aggiornamento* da cidade capitalista; a de Brasília é uma *ordem* que articula sentido histórico e valências mitológicas, representação potencializada da modernidade como valor de integração coletiva, e monumentalidade como símbolo da vontade estatal de desenvolvimento nacional.

A identificação do “caso Brasil” nesses quadros internacionais poderia talvez permitir-nos entender algo mais sobre eles. Por exemplo, o fato de que já no final dos anos 1930 a arquitetura moderna brasileira fosse encaixada no rótulo absurdo dos “episódios nacionais” (com a arquitetura da Finlândia) revela a crise das classificações canônicas, que já não podiam dar conta da multiplicidade de experiências que saíam de seus moldes.<sup>12</sup> No contexto prescritivo dessas classificações, o que significava “nacional” como qualificativo de “modernismo” senão a abertura de uma caixa de Pandora de definições *ad hoc* incapazes de recompor um cânone? Marca de crise, então, mas também de impotência da crítica modernista, já que alguns dos elementos que tornavam difícil a incorporação de experiências como a brasileira eram os que poderiam ter contribuído

11 Para uma análise crítica das relações entre Brasília e Chandigarh, ver Stanislaus von Moos, “Verso una griglia ‘Chandigarh’”, in Dunia Mittner (org.), *La città reticolare e il progetto moderno*. Turim: CittàStudi, 2008 [ver pp. 403-10, neste volume]. O Hansaviertel é um conjunto paradigmático dos anos 1950 realizado no Tiergarten de Berlim, com plano geral de Bartning, Bakema e Sharoun, integrado por edifícios de Gropius, Aalto e Niemeyer, entre outros; foi inaugurado na exposição Interbau 1957, com a vizinha Unidade de Habitação Typ Berlin, de Le Corbusier.

12 Sigo aqui a proposta de J. F. Liernur, *op. cit.*

para oferecer saídas à própria crise: *representação, monumentalidade, identidade* toda uma agenda de problemas que seria posta em primeiro plano nos debates internacionais do pós-guerra.

Mas, se então as prescrições ideológicas e doutrinárias impediram apreciá-la, não deixa de ser surpreendente que ainda tenha se retardado tanto. Porque já nos anos 1960 se rompia com a ideia mais difundida no senso comum urbano do século xx (a que igualava imagem urbana a Townscape pitoresca e bucólica), e considerações como as de Aldo Rossi nos familiarizavam tanto com a arquitetura revolucionária francesa quanto com o monumentalismo classicista ou com a metafísica de Giorgio De Chirico. Tudo isso pôs no centro do debate as questões da autonomia da forma, da identidade e do sentido do público, problemáticas que deveriam ter aberto possibilidades para uma nova compreensão das qualidades plásticas e simbólicas do Eixo Monumental de Brasília, do surrealismo expressivo das cúpulas do Congresso, da concepção política de seu espaço público, da aposta nas superquadras.

Somente agora a crítica começa a ajustar seus instrumentos de análise para aproximar-se de Brasília mais bem equipada, e o problema talvez comece a ser o inverso: tomar distância de um novo tipo de reivindicação modernista que surgiu nestes últimos anos, produto de uma curiosidade de colecionador ou de um retorno *naïf* à ideologia (há algo de ambos na reavaliação atual de Niemeyer como último sobrevivente de uma espécie em extinção); isso também não ajuda na hora de realizar uma leitura histórica compreensiva, capaz de apreciar Brasília como um monumento da vontade construtiva da modernidade, encarnada em toda a América Latina pelo Estado (um Estado que hoje só é possível encontrar em monumentos históricos), em um país que soube gerar, na esteira dessa vontade, um dos movimentos de arquitetura mais originais do século xx.

- © Cosac Naify, 2012  
© Alberto Xavier, 2012  
© Julio Katinsky, 2012  
© Autores dos textos, herdeiros e agentes

☯ COLEÇÃO FACE NORTE

Coordenação editorial MIGUEL DEL CASTILLO  
Autorizações JULIA PASSOS e ANA BEATRIZ FREIRE  
Revisão técnica GUILHERME WISNIK  
Biografias ALBERTO XAVIER, LEDY VALPORTO LEAL e CATARINA FLAKSMAN  
Preparação CARLA MELLO MOREIRA e MARIANA DELFINI  
Projeto gráfico LUCIANA FACCHINI  
Revisão ELIANE SANTORO e ANA CECÍLIA ÁGUA DE MELLO  
Mapas e redesenhos digitais ALESSANDRO MUZI  
Produção gráfica LILIA GÓES

*Nesta edição, respeitou-se o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Xavier, Alberto [1936-] e Katinsky, Julio [1932-] (orgs.)  
Brasília – antologia crítica: Alberto Xavier e Julio Katinsky (orgs.)  
Vários autores  
São Paulo: Cosac Naify, 2012.  
472 pp., 23 ils.

ISBN 978-85-405-0270-3

1. Arquitetura, Brasília (DF); História 2. Brasília (DF); Descrição  
3. Brasília (DF); Urbanismo; História 4. Planejamento urbano,  
Brasília (DF) I. Xavier, Alberto. II. Katinsky, Julio.

12-12005

CDD 720.98174

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura e urbanismo: Brasília: História 720.98174
2. Brasília: Arquitetura e urbanismo: História 720.98174

COSAC NAIFY

rua General Jardim, 770, 2º andar

01223-010 São Paulo SP

[55 11] 3218 1444

cosacnaify.com.br

atendimento ao professor [55 11] 3218 1473

Fontes Minion e Univers

Papel Alta Alvura 90 g/m<sup>2</sup>

Impressão Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Tiragem 2.000

BRASÍLIA NA COSAC NAIFY

**O concurso de Brasília – Sete projetos para uma capital**  
Milton Braga

**Arquivo Brasília**

Lina Kim e Michael Wesely

COLEÇÃO FACE NORTE

**Arquitetura moderna – A arquitetura da democracia**  
Vincent Scully Jr.

**Oscar Niemeyer e o modernismo de formas livres no Brasil**  
David Underwood

**Aprendendo com Las Vegas**

Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour

**Depoimento de uma geração**

Alberto Xavier (org.)

**Modernidade e tradição clássica – Ensaio sobre arquitetura (1980-1987)**  
Aian Colquhoun

**Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo**  
Le Corbusier

**Lucio Costa – Um modo de ser moderno**

Ana Luiza Nobre, João Masao Kamita, Otavio Leonidio e Roberto Conduru (orgs.)

**Caminhos da arquitetura**

João Batista Vilanova Artigas

**Arquitetura e trabalho livre**

Sergio Ferro

**Uma nova agenda para a arquitetura**

Kate Nesbitt (org.)

**Nova York delirante**

Rem Koolhaas

**Inquietação teórica e estratégia projetual na obra  
de oito arquitetos contemporâneos**

Rafael Moneo

**Lina por escrito – Textos escolhidos de Lina Bo Bardi**

Silvana Rubino e Marina Grinover (orgs.)

